



MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Comissão Técnica do Comitê Estratégico de Governança

MEMÓRIA DA 4ª REUNIÃO				
Integrantes da CT-CEG				
Unidade	Membro Titular	Presença	Membro Substituto	Presença
GM	Marcelo Ignácio Roza	Ausente	Tiago de Souza Pereira	Ausente
SE	Marina Soares Almeida	Presente	Rafael Augusto Pinto	Presente
SNFI	Martha Martorelli	Presente	Fabiola Caroline Furtado Barros Carneiro	Ausente
SDR	Vicente Correia Lima Neto	Presente	Rafael Luis Giacomini	Ausente
SEDEC	Juliana Sobrinho dos Santos Moretti	Ausente	Luiz Felipe Lopes de Lima Lins	Presente
SNSH	Amanda Mesquita Souto	Presente	Erik Parente Currlin Perpétuo	Ausente

Unidade	Palestrantes	Cargo	Presença
CGSL/DA	Jacqueline Santana Moura	Assessora	Presente
CGPE/DIGEC	Antônio Sérgio Malaquias Queiroz	Coordenador -Geral	Presente
DIORF	Emerson Guimarães	Diretor	Presente
AECI	Flavia Amaral Silva de Sousa	Chefe de Assessoria	Presente
CGPRO/DIGEC	Katlen Andrade Eutaquio	Coordenadora-Geral	Presente
OUVIDORIA	Paula El Jaick	Ouvidora	Presente

Instituição	Equipe de apoio	Cargo	Presença
CGPRO/DIGEC	Katlen Andrade Eutaquio	Coordenadora-Geral	Presente

CGPRO/DIGEC	Carolina de Sousa Aquino	Analista Técnica	Presente
CGPRO/DIGEC	Caroline Angelica Moreira	Coordenadora de Projeto	Presente

1. Dados Gerais

Data: 14 de novembro de 2025; 15h às 16h30

Local: Reunião virtual - (Microsoft Teams)

Objetivo: 4ª Reunião da Comissão Técnica do Comitê Estratégico de Governança - CT-CEG

2. Pauta

1. Resultado da Pesquisa de Percepção sobre Integridade e Plano de Integridade (AECI); **não deliberativo**
2. Gestão de Riscos (AECI); **não deliberativo**
3. Monitoramento do Planejamento Estratégico - PEI (CGPE/DIGEC-SE); **não deliberativo**
4. Apresentação do Relatório de Alinhamento entre o PEI e os ODS (CGPE/DIGEC-SE); **não deliberativo**
5. Panorama do Orçamento (DIORF-SE); **não deliberativo**
6. Panorama sobre a Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Ministério (OUVIDORIA); **não deliberativo**
7. Panorama do Índice de Maturidade da Governança (CGPRO/DIGEC-SE); **não deliberativo e**
8. Resultado da primeira revisão do PCA 2026. (CGSL/COLIC-DA); **não deliberativo.**

3. Principais Discussões e Encaminhamentos

Abertura da Sessão

A Coordenadora da Comissão Técnica do CEG, Marina Soares Almeida, iniciou a reunião após a conferência do quórum e chamada dos presentes. Preliminarmente, destacou alguns dados consolidados pela Secretaria Executiva, apontando o avanço do Ministério em práticas de governança entre 2023 e 2025. Ressaltou o amadurecimento institucional

evidenciado pelo aumento de normas, padrões e projetos aprovados pelo Comitê Estratégico de Governança - CEG, além da expectativa de deliberação de itens relevantes que serão pautados na última reunião do ano, em dezembro. Esses resultados refletem o compromisso do MIDR com a melhoria contínua e a implementação de processos estruturados, reforçando a importância das pautas discutidas nesta reunião.

Em seguida, apresentou a Ordem do Dia e passou a palavra para apresentação.

1. Resultado da Pesquisa de Percepção sobre Integridade e Plano de Integridade (AECI);

Item não deliberativo:

A Sra. Flavia Amaral Silva de Sousa, Chefe de Assessoria Especial de Controle Interno, apresentou os resultados da pesquisa de percepção sobre integridade, que contou com 237 respondentes, representando servidores, terceirizados e estagiários. O objetivo foi avaliar o ambiente organizacional e identificar lacunas para subsidiar o próximo Plano de Integridade. Os dados indicaram bom nível de conhecimento sobre conceitos gerais de integridade, mas revelaram fragilidades quanto ao conhecimento do Programa de Integridade - Progride e do Sistema Eletrônico de Prevenção de Conflito de Interesses - SeCI, além de baixa confiança nos mecanismos de apuração.

A análise apontou pontos fortes, como a percepção positiva sobre a conduta da alta administração e a adesão às cartilhas contra assédio, mas também desafios relacionados à divulgação de normas e à efetividade das penalidades aplicadas. A pesquisa reforça a necessidade de campanhas internas mais robustas e capacitações específicas para reduzir riscos à integridade.

Encaminhamentos:

- Ajustar o Plano de Integridade ao novo referencial técnico da Controladoria Geral da União - CGU.
- Divulgar amplamente os resultados da pesquisa para todos os servidores.
- Planejar ações de comunicação e capacitação sobre Progride, SeCI e nepotismo.
- Aprovação do Plano de Integridade será adiada para a primeira reunião do Comitê Estratégico de Governança - CEG em 2026.

2. Gestão de Riscos (AECI);

Item não deliberativo:

Foi apresentado, pela Chefe de Assessoria Especial de Controle Interno, o panorama da gestão de riscos no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR, com destaque para os 148 riscos mapeados, sendo 40 críticos e 56 altos. A metodologia prioriza processos estratégicos com base em critérios como governança, orçamento e demandas de controle. A gestão envolve oficinas com as unidades, definição de planos de tratamento e monitoramento contínuo.

Apesar dos avanços, apenas 27% dos 222 planos de tratamento foram concluídos, e 22% estão em atraso. Houve alerta sobre pedidos recorrentes de prorrogação, o que compromete a mitigação dos riscos. Foram citados riscos estratégicos ligados à PNDR, à execução de políticas públicas e à governança de programas, além de riscos críticos em processos como concessão de projetos de irrigação, gestão do Grupo de Apoio a Desastres - GADE e implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Encaminhamentos:

- Reforçar junto aos secretários a necessidade de cumprimento dos prazos dos planos de tratamento.
- Consolidar a priorização dos processos para 2026 com base nos critérios definidos.
- Apresentar os riscos estratégicos no CEG para validação.
- Intensificar monitoramento dos riscos de integridade e LGPD.

3. Monitoramento do Planejamento Estratégico - PEI (CGPE/DIGEC-SE);

Item não deliberativo:

O Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Planejamento Estratégico - CGPE, Antonio Sérgio Malaquias Queiroz Filho, informou que o monitoramento do PEI seguirá o mesmo procedimento das reuniões anteriores, com seleção de iniciativas para debate no CEG. O objetivo é usar o espaço como oportunidade para superar entraves, evitando constrangimentos. A equipe reforçou que a escolha das iniciativas considera os entraves relatados pelas áreas e será validada pelo secretário executivo.

A apresentação destacou que cada unidade terá pelo menos uma iniciativa selecionada, podendo propor substituições. A fala no CEG será conduzida pelo secretário ou substituto legal, e as áreas devem preparar briefings para evitar surpresas. O monitoramento busca não apenas avaliar resultados, mas também promover diálogo para viabilizar soluções.

Encaminhamentos:

- Finalizar validação das iniciativas selecionadas para apresentação no CEG.
- Garantir *briefing* aos secretários sobre as iniciativas escolhidas.
- Encaminhar processos SEI com informações complementares até segunda-feira (17/11/2025).

4. Apresentação do Relatório de Alinhamento entre o PEI e os ODS (CGPE/DIGEC-SE)□;

Item não deliberativo:

O Coordenador-Geral da Coordenação Geral de Planejamento Estratégico - CGPE, Antonio Sérgio Malaquias Queiroz Filho, apresentou o relatório que analisa a vinculação das iniciativas do PEI às metas da Agenda

2030, desenvolvido com apoio de inteligência artificial. O estudo revelou que todas as iniciativas do MIDR contribuem para, pelo menos, o alcance de uma meta dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, incluindo áreas menos óbvias como Ouvidoria e Governança, demonstrando a transversalidade das ações do Ministério.

A análise abre possibilidades para novos recortes, como vinculação com orçamento e integração com outras carteiras de projetos, ampliando a visão estratégica. A equipe destacou que essa é apenas a primeira fase, e futuras análises poderão incluir Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, Visão 360 e outros instrumentos.

Encaminhamentos:

- Divulgar relatório de alinhamento PEI-ODS para todas as áreas.
- Avaliar proposta de vinculação das iniciativas aos instrumentos orçamentários em fase futura.
- Planejar integração com outras carteiras de projetos para ampliar análise estratégica.

5. Panorama do Orçamento (DIORF-SE)[];

Item não deliberativo:

O Diretor de Orçamento de Finanças, Sr. Emerson Guimarães Dal Secchi, apresentou os limites orçamentários e financeiros para o encerramento do exercício. Mencionou que não há contingenciamento, mas há necessidade de seguir cronograma rigoroso para empenhos até dezembro. Foram detalhados os valores disponíveis para RP2 e PAC, além das negociações para aporte adicional de R\$ 450 milhões para ações do PAC.

Foi reforçada a importância da participação das unidades no evento "Café com DIORF", que abordará orientações do Tesouro Nacional sobre encerramento do exercício, inscrição de restos a pagar e cancelamentos. A execução orçamentária está concentrada nos últimos meses do ano, exigindo atenção das áreas para evitar perda de limites.

Encaminhamentos:

- Manifestar necessidades de empenho à DIORF até os prazos definidos.
- Participar do evento "Café com DIORF" para alinhamento sobre encerramento do exercício.
- Monitorar execução para atingir 100% dos limites financeiros até dezembro.

6. Panorama sobre a Implementação da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD no Ministério (Ouvidoria);

Item não deliberativo:

A Ouvidora, Sra. Paula El Jaick de Barros França, demonstrou o status da implementação da LGPD no MIDR. Informou que a Política de Privacidade já foi publicada, e as áreas estão realizando inventários

de dados pessoais e elaborando planos de ação. A próxima etapa envolve reuniões para apresentar o modelo de plano e consolidar os resultados.

A gestão dos riscos de privacidade será integrada ao monitoramento geral, com apoio da Ouvidoria e da Empresa Brasil de Comunicação - EBC. A expectativa é levar ao CEG um panorama consolidado das ações, destacando processos com maior risco e medidas adotadas para mitigação.

Encaminhamentos:

- Concluir inventários e planos de ação nas áreas até a reunião do CEG.
- Integrar riscos de privacidade ao monitoramento geral.
- Divulgar modelo de plano de ação para padronização.

7. Panorama do Índice de Maturidade da Governança (CGPRO/DIGEC-SE)[];

Item não deliberativo:

Foi apresentado, pela Coordenadora-Geral da Coordenação Geral de Governança e Processos (CGPRO), Sra. Katlen Andrade Eutaquio, o painel de governança desenvolvido pela CGPRO, que permite monitorar projetos estratégicos e indicadores de maturidade. O painel consolida informações sobre iniciativas pactuadas, status de execução e impacto nos indicadores, permitindo maior transparência e planejamento.

O avanço na governança foi atribuído à realização de reuniões técnicas com as áreas e ao engajamento das equipes. A meta para 2026 é atingir 70 pontos no índice de maturidade, com continuidade das ações e integração com outras agendas estratégicas, como sustentabilidade e ODS.

Encaminhamentos:

- Disponibilizar o painel para acesso das áreas e incentivar seu uso no planejamento.
- Monitorar projetos pendentes e propor ações para atingir a meta de 2026.
- Avaliar integração do painel com iniciativas orçamentárias e de sustentabilidade.

8. Resultado da primeira revisão do Plano de Contratações Anuais - PCA 2026 (CGSL/DA-SE);

Item não deliberativo:

Foi apresentada a primeira revisão do PCA 2026, pela Sra. Jacqueline Santana Moura, juntamente com a Coordenadora Substituta da COLIC, Sra. Debora de Carvalho Sousa. Destacou-se que essa revisão ampliou significativamente o valor previsto, passando de R\$ 133 milhões para R\$ 645 milhões, com inclusão de novas demandas e exclusão de contratações desnecessárias. O aumento reflete maior comprometimento das áreas com o planejamento.

A revisão também indicou evolução na qualidade das demandas, com justificativas mais consistentes e redução de contratações extemporâneas. Essa melhoria foi atribuída à comunicação proativa da equipe e à exigência de justificativas para inclusão de novas demandas.

Encaminhamentos:

- Encaminhar nota técnica para ciência do CEG.
- Continuar orientando as áreas sobre prazos e justificativas para inclusão de demandas.
- Monitorar evolução do comprometimento das áreas e impacto na execução.

Encerramento:

A reunião foi concluída com agradecimentos aos participantes pelo engajamento e pelas contribuições apresentadas ao longo das pautas. Destacou-se a importância da colaboração contínua entre as áreas para garantir a efetividade das ações de governança, integridade e planejamento estratégico. A Coordenadora da Comissão Técnica reforçou o compromisso com a execução dos encaminhamentos definidos e a preparação para a última reunião do CEG em 12/12/2025, consolidando as entregas previstas para o encerramento do exercício.

59000.000366/2025-98



Documento assinado eletronicamente por **Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica**, em 27/11/2025, às 11:11, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Amanda Mesquita Souto, Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Hídrica**, em 27/11/2025, às 14:49, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Martha Martorelli, Diretora de Programa**, em 27/11/2025, às 14:54, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **Luís Felipe Lopes de Lima Lins, Assessor**, em 27/11/2025, às 15:30, com fundamento no art. 4º, § 3º, do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mi.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **6257814** e o código CRC **B06C62F8**.